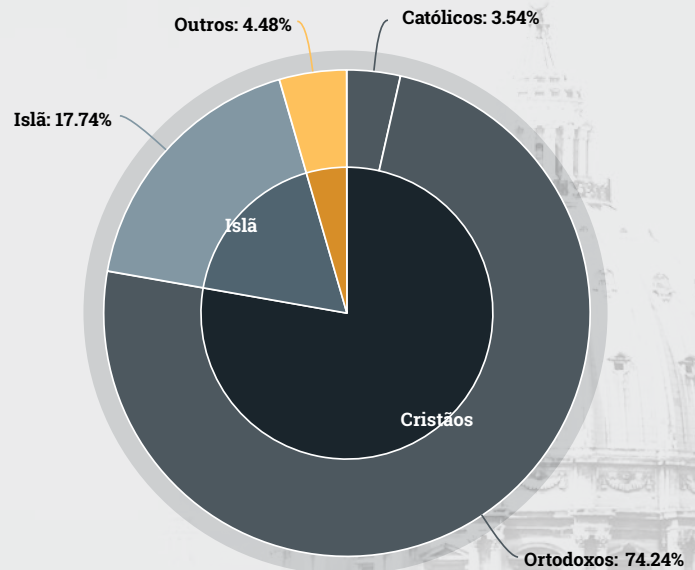
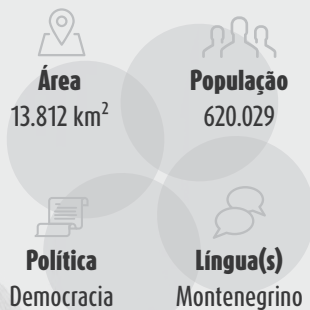


Montenegro



O Montenegro é um país multirreligioso e multiétnico. A sua composição religiosa é complexa, pois nenhum grupo de fé tem o apoio da maioria da população. Além de incluir cristãos ortodoxos, o país contém católicos e uma comunidade muçulmana de tamanho considerável. Em 2012, o Judaísmo foi reconhecido como a quarta religião oficial do Montenegro. Muitos feriados públicos oficiais baseiam-se nas tradições ortodoxas antigas. Além disso, são também observados feriados católicos, muçulmanos e judaicos.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição garante a liberdade de crença religiosa, que está prevista no artigo 46º. O direito a expressar as crenças religiosas apenas pode ser limitado para proteger a vida e a saúde dos outros, o espaço público e a ordem. O artigo 14º da Constituição estipula que as comunidades religiosas são iguais e livres no exercício dos ritos e assuntos religiosos e que são separadas do Estado. O artigo 48º da Constituição e o artigo 177º da Lei sobre as Forças Armadas reconhecem o direito de cada um à objeção de consciência.

Os grupos religiosos devem registrar-se junto da polícia local no prazo de quinze dias após terem sido estabelecidos. Isto permite-lhes receber o estatuto de entidade legal. A polícia deve depois enviar o registro para o Ministério do Interior. As

organizações religiosas devem ter pelo menos dois membros para se registrarem.

Há vinte comunidades religiosas registradas no Montenegro:^[1] a Igreja do Evangelho de Cristo, a Missão Católica Tuzi, a Igreja Adventista Cristã, a Igreja Evangelista, a Ordem Hospitaleira de Crentes de São Lázaro de Jerusalém para o Montenegro, a Missão Franciscana de Malesija, a Comunidade Cristã Bíblia, a Comunidade Bahá'í, a Comunidade Montenegrina, os Budistas, os Protestantes, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons), as Testemunhas de Jeová e a Comunidade Judaica.

Até agora, foram realizados acordos separados entre o Governo do Montenegro e as comunidades católica, islâmica e judaica:^[2]

- Acordo Básico entre o Montenegro e a Santa Sé em 24 de junho de 2011;
- Contrato que gere as relações de interesse comum entre o Governo e a comunidade islâmica no Montenegro em 30 de janeiro de 2012;
- Acordo de regulação de interesse mútuo entre o Governo e a comunidade judaica no Montenegro em 31 de janeiro de 2012.

Estes acordos não substituem o requisito de registro. Não há um acordo semelhante com a Igreja Ortodoxa Sérvia ou com a Igreja Ortodoxa Montenegrina.

[1] Direção das Comunidades Religiosas no Ministério dos Direitos Humanos e Minorias.

[2] Gabinete de Relações Públicas do Governo de Montenegro.

INCIDENTES

Foi elaborada uma nova Lei da Liberdade Religiosa para substituir a lei de 1977, quando o Montenegro era uma das repúblicas que constituíam a Iugoslávia socialista. A nova lei pretendeu regulamentar o estatuto das Igrejas e outras comunidades religiosas na sociedade secular montenegrina.

Amparados nesta lei, todas as igrejas e mosteiros construídos antes de 1918 tornar-se-ão propriedade do Estado e passarão a fazer parte do patrimônio cultural do país. As comunidades religiosas também passarão a pagar impostos, além de “informarem confidencialmente o Governo” antes de nomearem responsáveis.

Desde julho de 2015, quando a versão provisória do texto da Lei da Liberdade Religiosa foi publicada, que há uma discussão feroz em curso no Montenegro.

O Ministério dos Direitos Humanos e Minorias afirma que recebeu 4.500 documentos com objeções e sugestões, noventa e nove dos quais vieram da Igreja Ortodoxa Sérvia. A principal objeção desta Igreja é a reposição da propriedade estatal de todos os objetos religiosos construídos antes de 1918.^[3]

Esta versão preliminar encontrou uma reação desafiante do Metropolitano Amfilohije (Radović) e do Patriarcado sérvio. O Bispo Amfilohije opõe-se a esta lei porque a Igreja vai perder uma grande parte dos seus bens e vai ficar enfraquecida.^[4] A Igreja Ortodoxa Sérvia vê esta proposta de lei como uma tentativa por parte do Governo de reduzir a influência da Igreja sobre a população montenegrina. Esta Igreja iniciou uma petição contra a proposta de lei na sua paróquia de Podgorica e várias figuras públicas que têm boas relações com a Igreja Ortodoxa Sérvia fizeram declarações à comunicação social criticando a proposta de lei.

A Igreja Ortodoxa Montenegrina acolheu esta proposta, afirmando que ela estabelecia boas bases para as relações entre o Estado e as comunidades religiosas.

As Igrejas Protestante e Evangélica, minoritárias, também têm preocupações em relação à proposta de lei. Especificamente, o seu requisito de cinquenta assinaturas de 50 cidadãos montenegrinos necessárias para registrar uma comunidade religiosa. Outro problema é a recusa em autorizar cidadãos estrangeiros a envolverem-se no ensino e o fato das suas atividades apenas poderem ocorrer em edifícios religiosos.

O Metropolitano Mihailo da Igreja Ortodoxa Montenegrina foi insultado quando chegou a uma audiência pública sobre a proposta de lei em Kotor, em 10 de setembro de 2015. Um grupo de cerca de 100 pessoas impediu ele e outros representantes

da Igreja Ortodoxa Montenegrina de participarem no debate público.^[5] No final, a audiência pública acabou não acontecendo por causa da situação tensa que se instalou.

Em 7 de setembro de 2015, a polícia de Bijelo Polje impediu que cidadãos (aliados da Igreja Ortodoxa Sérvia) atacassem fisicamente o Metropolitano Mihailo. Houve igualmente cidadãos que insultaram verbalmente representantes da Igreja Ortodoxa Montenegrina e a audiência pública foi também cancelada.^[6]

A discussão pública sobre a proposta de lei estava planeada para durar até 14 de setembro, mas o Governo prolongou o prazo até 30 de setembro de 2015. Isto foi feito para dar suficiente tempo para que fossem submetidas sugestões, objeções ou propostas de todas as partes interessadas em relação ao texto desta regulamentação, para que a lei estivesse de acordo com os padrões da União Europeia.

Além do debate público, o Governo submeteu a proposta de lei às Comissões de Veneza da União Europeia para considerações e avaliações.^[7]

Uma delegação da Comissão de Veneza e da OSCE visitou o Montenegro em novembro de 2015 para preparar uma Opinião Interina Conjunta sobre a proposta de Lei da Liberdade Religiosa.^[8]

Em dezembro de 2015, a Comissão de Veneza adiou a discussão sobre a proposta de lei para a sessão de março de 2016.^[9]

A Plataforma Europeia da Intolerância e Discriminação Religiosa (EPRID na sigla inglesa) criticou duramente a proposta de lei.^[10] E afirmou que ela iria “violiar gravemente os direitos de liberdade religiosa e autonomia das Igrejas e comunidades religiosas e discriminá-las injustamente”. Foi assinada uma carta conjunta pela *Jewish Contribution to an Inclusive Europe* [Contribuição Judaica para uma Europa Inclusiva], a *Association Internationale pour la Défense de la Liberté Religieuse* [Associação Internacional de Defesa da Liberdade Religiosa], a *Christian Solidarity Worldwide*, a *Conference of European Churches* [Conferência de Igrejas Europeias], a *European Evangelical Alliance* [Aliança Evangélica Europeia], a *Global Human Rights Defence*, a *Human Rights Without Frontiers*, a *Open Doors International* e o *International Buddhist Information Bureau* [Gabinete Internacional de Informação Budista].

[5] CDM, 10 de setembro de 2015.

[6] CDM, 7 de setembro de 2015.

[7] Comissão de Veneza, 24 de agosto de 2015, Pedido de opinião – Montenegro.

[8] Comissão de Veneza, 16 de Novembro de 2015.

[9] Estrasburgo, 21 de Dezembro de 2015, Comissão Europeia para a Democracia através da Lei (Comissão de Veneza).

[10] EPRID, Declaração sobre a proposta de lei de liberdade religiosa no Montenegro, 21 de janeiro de 2016 (<http://www.eprid.eu/eprid-statement-concerning-the-draft-law-on-freedom-of-religion-in-montenegro/>).

[3] CDM, Cafe Del Montenegro, 12 de outubro de 2015.

[4] Página de internet do Metropolitanato de Montenegro e Litoral (<http://www.mitropolija.com/intervju-mitropolita-amfilohija-beogradskoj-politici/>).

O Governo montenegrino decidiu adiar a adoção da lei para 2016.

As tensões persistem entre as Igrejas Ortodoxas Sérvia e Montenegrina sobre o reconhecimento canônico e as questões de propriedade. Continuou havendo disputas sobre a posse de mais de 750 santuários ortodoxos. Ambas as Igrejas alegaram ser a Igreja Ortodoxa “verdadeira” no país.

Os seguidores das duas Igrejas ortodoxas rivais reuniram-se para acender os seus troncos de Natal em diferentes locais e sob proteção policial em torno das igrejas. A celebração da Igreja Sérvia em Podgorica reuniu cerca de 1.000 pessoas que acenaram bandeiras sérvias.^[11] O Bispo Amfilohije criticou uma vez mais a decisão da autoridade montenegrina de aderir à aliança ocidental. Os seguidores da Igreja Ortodoxa Montenegrina reuniram-se na antiga capital real de Cetinje. São realizadas celebrações paralelas da véspera de Natal em Montenegro desde que a guerra rebentou na antiga Iugoslávia e o Montenegro começou a se distanciar da Sérvia.

A Igreja Ortodoxa Sérvia é, de longe, a maior das duas denominações ortodoxas e é o maior grupo religioso do país. A Igreja Ortodoxa Sérvia no Montenegro opõe-se firmemente à adesão do país à OTAN e exorta as autoridades a que organizem um referendo sobre esta adesão.

A Igreja Ortodoxa Montenegrina foi formada, ou restabelecida, na década de noventa e baseia a sua reivindicação de reconhecimento no fato do Reino do Montenegro ter a sua própria Igreja Ortodoxa antes de ser obrigado a fundir-se na Jugoslávia no final da Primeira Guerra Mundial. Contudo, a Igreja Sérvia disputa a sua existência e apelida-a de organização cismática. A Igreja Ortodoxa Montenegrina também não foi reconhecida por nenhuma outra Igreja Ortodoxa.

Há cerca de 100 mosteiros ortodoxos, a maior parte dos quais estão ativos, mas alguns estão em ruínas ou a ser reconstruídos. O número exato de igrejas ortodoxas é desconhecido, mas alguns dados mostram que há mais de 570 em todo o país.

O número de locais de culto católicos é um pouco menor, 184. Há 140 mesquitas islâmicas. A maior parte dos muçulmanos etnicamente eslavos vive na área de Sandzak, enquanto os muçulmanos etnicamente albaneses vivem na área de fronteira entre a Albânia e o Kosovo. Os Muçulmanos em Montenegro são predominantemente sunitas.

A comunidade judaica no Montenegro é a mais jovem e provavelmente uma das comunidades judaicas menores do mundo hoje em dia. De acordo com o último recenseamento, vivem cerca de 300 judeus no Montenegro.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

A questão mais volátil no Montenegro continua sendo o conflito entre as duas Igrejas ortodoxas. Longe de estar confinado aos assuntos dogmáticos, a divisão tem aspectos nacionais e políticos. A Igreja Ortodoxa Sérvia e a Igreja Ortodoxa Montenegrina continuam a discordar sobre bens e o direito de serem os representantes nacionais oficiais da fé ortodoxa. O clero da Igreja Sérvia usa por vezes de retórica agressiva e procura interferir nos assuntos do Estado e da política.

Além disso, apesar de mais de uma década de construção da nação, reforma democrática e envolvimento ocidental, a corrupção e a má gestão continuam prevalecendo no Montenegro. A pobreza e a frustração pública poderão gerar conflitos sociais ou étnicos, que por seu turno poderão transbordar para as identidades religiosas.

Ao longo da história, o Montenegro geriu a coexistência num ambiente multirreligioso orientado pela ideia de que, se não podem viver uns com os outros, podem pelo menos viver perto uns dos outros e respeitar todas as diferenças de fé e prática religiosa.

[11] Balkan Insight, 7 de Janeiro de 2016